

IMPERIALISMO E TOTALITARISMO EM HANNAH ARENDT: RUPTURA, RACISMO, IDEOLOGIA E TERROR NA DESTRUIÇÃO DA CONDIÇÃO HUMANA¹.

Resumo:

O trabalho propõe análise do Imperialismo e do Totalitarismo a partir do livro *Origens do Totalitarismo* (1989) de Hannah Arendt. Busca compreender alguns dos principais elementos formadores do domínio total, visando apresentar como eles se combinaram em uma tentativa de destruição da condição humana. Nesse sentido, para além do anti-semitismo, cabe esclarecer aqui como a burguesia contribuiu para expansão ilimitada do poder perpetuada pelo imperialismo e como o alicerce ideológico deste foi constituído pelo racismo e pela burocracia, com a conseqüente derrocada dos Estados-nação e dos direitos do homem. Além disso, pretende-se retomar os principais elementos constitutivos dos campos de concentração: a manipulação das massas, a ideologia, o terror e o líder e explicitar como essa forma de dominação propicia uma verdadeira aniquilação da natureza humana.

Palavras-chave: Imperialismo; Totalitarismo; Hannah Arendt.

1. Introdução

O desenvolvimento do trabalho em análise aponta para o que Hannah Arendt delinea sobre imperialismo e totalitarismo. Sua relevância consiste em apresentar uma compreensão acerca dos elementos do domínio total, mais precisamente nos caracteres que compõem essas duas dimensões da destruição da condição humana, visando uma abertura de possibilidades para pensar a atualidade dos conflitos humanos pelos quais atravessamos.

Ao observarmos com cuidado nossa realidade atual por meio dos traços da experiência totalitária esboçados pela autora, nos perguntamos “Somos realmente capazes de cometer tais atrocidades?”. O fato é que fomos, afinal, “Os homens normais não sabem que tudo é possível.”²

Hannah Arendt apresenta uma análise pormenorizada acerca de conceitos e caracteres que compõem o totalitarismo desde as suas origens, utilizando como base fatos históricos, recorre a diversos tipos de publicações, desde relatos de vítimas, passando pelas normas com as quais secretamente os líderes do totalitarismo governaram, até o desenvolvimento catastrófico dos campos de concentração.

Toda essa composição, em especial os campos de concentração, termina propiciando uma destruição do indivíduo jurídico e moral, das características mais intrínsecas às mais superficiais,

¹ Trabalho apresentado no **VI Encontro Hannah Arendt – Pluralidade, Mundo e Política**, na Universidade Federal de Pelotas/RS, em maio de 2012.

² ARENDT, Hannah, **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 337.

eliminado-as. Nesse sentido, e junto com a autora, pode-se dizer que “[...] roubaram a própria morte do indivíduo, provando que, doravante nada – nem a morte – lhe pertencia e que ele não pertencia a ninguém. A morte apenas selava o fato de que ele jamais havia existido.”³

O trabalho pretende, ao explicitar tais análises, compreender como essa combinação única e repulsiva conseguiu realizar uma ruptura em relação ao caminho para o qual a civilização aparentava direcionar-se naquele momento histórico em que duas guerras mundiais e o totalitarismo solaparam a humanidade e o que se poderia compreender por progresso e evolução dela.

2. Burguesia, racismo e burocracia: os alicerces do Imperialismo delineado por Hannah Arendt

Segundo Hannah Arendt, para realizar uma compreensão dos governos totalitários, além do anti-semitismo, é imprescindível o entendimento do imperialismo e do racismo como ideologia da dominação. Poucos historiadores se ocuparam das contribuições nefastas dessa incursão para a construção do totalitarismo, no entanto, sem a pretensão de totalidade do governo global, fruto do expansionismo imperialista⁴, não haveria uma política mundial que possibilitasse o posterior nascimento do totalitarismo.

Essa expansão econômica aprofunda a burguesia dentro do processo político, tanto em razão do crescimento industrial, quanto da necessidade de escoar a produção, de encontrar mercados consumidores. Nesse sentido, a burguesia alia-se aos governos em busca de transformar a expansão em finalidade da política externa, pois para se manter e não renunciar ao sistema capitalista precisava ultrapassar as fronteiras nacionais, assim, ela “[...] emancipou-se politicamente através do imperialismo.”⁵

Hannah Arendt aponta um duplice efeito da expansão imperialista, além de escoar a produção, ela aparece como solução para superfluidade de capitais e de homens que se faz presente nesse momento. Ou seja, a expansão aparece como remédio para todos os males: salva a burguesia dos efeitos da péssima distribuição e concede aos donos de capital supérfluo uma

³ Ibid., p. 503.

⁴ A autora define um período específico para retratar um imperialismo colonial estritamente europeu: as três décadas que antecedem a eclosão da primeira guerra mundial, fase que vai de 1884 até 1914 e agrega a plenitude desse movimento de expansionismo ilimitado do imperialismo, em sua porção ultramar e também continental.

⁵ Ibid., p. 168.

espécie de “função social”, já que dá um encaminhamento para aqueles homens supérfluos que se encontravam ociosos no seio da comunidade, tal qual, se tornarem os “desbravadores” das terras que eram alvo do processo de expansão.

Todavia, quando observamos que essa expansão se dá sob a forma do Estado-nação, com a sua estrutura baseada no consentimento geral de seus componentes e na constituição de leis válidas para todos em um mesmo território, notamos que seus caracteres não poderiam abarcar uma expansão ilimitada que submeteria outros povos a leis com as quais eles não anuíram, de modo que não poderia acomodar valores e desejos alheios, de outros lugares, que funcionavam de maneira distinta.

Por isso Hannah Arendt prega que nesse momento há um declínio do Estado-nação, em função da contradição entre os moldes nos quais ele foi construído e o expansionismo ilimitado. A expansão ilimitada do imperialismo consiste em uma expansão por ela mesma, no uso da força pela força, da violência pela violência, nesse sentido, a expansão econômica era expansão também dos instrumentos de dominação e violência do Estado, da polícia e do exército.

Nesse caso, tudo perde o significado, a não ser a própria força como motor indestrutível e auto-alimentador de toda ação política correspondente à lendária acumulação incessante de dinheiro que gera dinheiro. O conceito de expansão ilimitada como único meio de realizar a esperança de acúmulo ilimitado de capital, que traz um despropositado acúmulo de força, torna quase impossível a fundação de novos corpos políticos – que até a era do imperialismo sempre resultavam da conquista.⁶

Acerca dos Estados Unidos, a autora acrescenta uma pertinente observação no prefácio da segunda parte do livro, que é de julho de 1967, para ela, os moldes do imperialismo norte-americano devem ser vistos com muita cautela em razão das conseqüências nefastas de seu expansionismo econômico para outros países, seja por meio de uma “ajuda internacional” que funciona como instrumento de dominação, seja em função da utilização de um serviço secreto que promove um “governo invisível”.⁷

Aqui se faz presente mais um elemento de atualidade nas análises de Arendt, afinal, mesmo após todos os problemas causados pela polícia secreta nos regimes totalitários, ainda predomina uma permissividade mundial em relação à atuação do imperialismo norte-americano,

⁶ (Ibid., p. 167)

⁷ (Ibid., p. 159)

inclusive por parte de instituições internacionais que foram criadas para salvaguardar e proteger os direitos e garantias fundamentais da humanidade, como a ONU – Organização das Nações Unidas.

Ainda no que concerne aos alicerces fundamentais do imperialismo, além da intervenção da burguesia, podemos mencionar a raça e a burocracia enquanto instrumentos de organização política e de dominação de povos estrangeiros. Tais elementos foram constituídos nas primeiras décadas do imperialismo, a raça surge para ficar no lugar vazio deixado pelo declínio do Estado-nação e a burocracia para se colocar na posição do governo, em uma parceria perversa e singular em que cada um tem o seu desenvolvimento independente do outro.

A burocracia se constitui enquanto racionalidade que possui uma organização precisa em que cada administrador governa sigilosamente por meio de decretos e pareceres mutáveis como os de um tirano autoritário, compondo-se de modo específico no imperialismo ultramar e continental. A partir daí, diversos modos de composição da burocracia imperialista podem ser formados, desde o francês, que almejava propagar as “graças da civilização francesa” aos outros povos; até o inglês, que se realiza de modo diverso conforme as figuras centrais que o levam a cabo, tal qual, Lord Cromer no Egito e Rhodes na África do Sul.

O conceito de raça compõe a ideologia justificadora do imperialismo e torna possível organizar as “personalidades inatas” do romantismo alemão, definindo-as como membros de uma aristocracia natural destinada a dominar todos os outros povos. Nesse sentido, a raça e a mistura de raças são os fatores que tudo determinam num indivíduo, suscitando as piores figuras da civilização ocidental, tanto aos moldes do conteúdo ideológico europeu, quanto na tentativa de esclarecer o afloramento de práticas bárbaras e cruéis, um exemplo de como essa apreensão pode ser repleta de meandros e caracteres singulares pode ser mencionado através dos bôeres na África do Sul.⁸

Os bôeres são imigrantes europeus holandeses que se formaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII na África do Sul, um povo cuja idéia de origem divina aparece baseada na negação da origem comum do homem, colocando-os como superiores em relação aos povos da África do Sul. Dessa forma, “Um “povo divino” vive num mundo no qual é o perseguidor inato de todas as

⁸ (Ibid., p. 266)

outras espécies mais fracas, ou a vítima inata de todas as outras espécies mais fortes. Só as regras do mundo animal podem aplicar-se aos seus destinos políticos.”⁹

Essa maneira de “adaptação” européia ao homem negro do continente africano se dava de maneira que os bôeres se consideravam tão superiores aos africanos que matá-los não poderia ser considerado um crime contra os homens já que eles não se pareciam com homens, ainda que teimassem despontar suas características humanas. Ficaram tão escandalizados e apavorados com a diferença do homem africano em relação a eles, que não podiam considerar que fossem seres humanos, subjugaram a todos, escravizando-os. O racismo surge como a ideologia fundadora da escravidão, uma espécie de domínio de deuses brancos parasitários sobre os homens negros que produziam seu sustento.

Com o estabelecimento das colônias inglesas na corrida do ouro para África, torna-se evidente como aqueles indivíduos não mais pertenciam a civilização européia, assustados com a crescente industrialização da África, que poderia fazer com que perdessem seus privilégios raciais, eles abandonavam suas terras e seguiam um nomadismo cada vez mais para o interior da África do Sul, afastando-se inclusive da possibilidade de lucrar de alguma maneira com as riquezas do país. Ao mesmo tempo, os judeus financistas e o judaísmo na África traziam para os bôeres outro tipo de ameaça: a ideológica, o domínio “divino” dos bôeres encontrava-se ameaçado por aquele “povo escolhido”, a partir daí estava formado um anti-semitismo na África do Sul antes mesmo de o nazismo ali promovê-lo.

A expansão continental da Alemanha e da Rússia, que começa com os movimentos de unificação pan-germanista e pan-eslavista (que contribuíram, respectivamente, para o nazismo e o bolchevismo) apresenta-se com uma caracterização amalgamadora da expansão, desde que não havia aquele distanciamento entre dominador e dominado do imperialismo ultramar.

Seus efeitos logo foram sentidos em toda a Europa, combinando as nuances de um movimento de unificação étnica com as de uma ideologia racista que surge em um ambiente motivado pela desagregação dos povos oprimidos tanto no império czarista russo, quanto na monarquia dual da Áustria-Hungria. Havia ali um “cinturão de populações mistas” no qual não se concretizavam as concepções de povo-território-Estado, no qual a nacionalidade ainda se encontrava apartada do Estado e aonde não se compreendiam as idéias de pátria e patriotismo¹⁰.

⁹ (Ibid., p. 266)

¹⁰ Ibid., p. 263.

O conceito de raça tornava possível organizar as “personalidades inatas” do romantismo alemão e defini-las como membros de uma aristocracia natural destinada a dominar todos os outros. Se a raça e a mistura de raças são os fatores que tudo determinam num indivíduo, em um autor como Gobineau – mesmo que ainda não se pressupunha a existência de raças “puras” – é possível encontrar a viabilidade do surgimento de superioridades físicas em qualquer indivíduo, independente de sua situação social do momento, sendo lógico para Gobineau que todo homem excepcional pertença aos “verdadeiros sobreviventes (...) dos merovíngios”, os “filhos dos reis”.¹¹

Assim, houve na expansão continental uma combinação nociva entre três elementos: um romantismo, um nacionalismo exacerbado (que se confundia com racismo) e um patriotismo, com o estímulo a uma consciência comum, que começava com a língua, passava por uma afinidade de sangue e chegava ao culto da pureza, que atribui à raça aariana a qualidade de ser superior às outras raças.

Junto com a eclosão da primeira guerra ocorre o esfacelamento da comunidade européia de nações¹², o período é marcado por guerras civis, inflação, desemprego, por uma guerra de todos contra todos. As quedas do império czarista e da monarquia dual descarnam o ponto nevrálgico da Europa e jogam para fora qualquer possibilidade de proteção àqueles que se tornaram o “refugio da terra”, os indesejáveis: as minorias e os apátridas.

As minorias eram tratadas pelos governos como fenômeno excepcional e mesmo com a criação de um Tratado das Minorias, os Estados não conseguiram protegê-las, havia para elas alguma proteção, pertenciam a um corpo político, viviam, trabalhavam, mas não possuíam proteções específicas direcionadas ao seu idioma ou à sua cultura.

Já a situação dos apátridas configurava-se de maneira mais grave ainda, especialmente com a criação de Estados-nação através de Tratados de paz e com a desnacionalização em massa, essas pessoas estavam em meio a um núcleo de conflitos ideológicos, nos quais além da intolerância de outros povos com a diferença que representavam, ainda precisavam enfrentar a oposição e o paradoxo de serem sujeitos sem direito algum, quando estava em plena vigência na Europa uma concepção de direitos do homem inalienáveis e irredutíveis.

¹¹ (Ibid., p. 203)

¹² Os efeitos desse esfacelamento reverberaram em inúmeras pessoas de diversas nacionalidades que eram jogadas de uma fronteira para outra, pessoas sem identidade ou passaporte, sem dinheiro e sem trabalho, pessoas que nenhum país reivindicava, que ninguém queria e que depois foram enviadas sem contestação, aos campos de concentração.

Essa é uma das principais contradições que podemos extrair das palavras da autora: de que adianta a milhares de pessoas as garantias dos direitos do homem, quando se percebe que esses direitos e a proteção que deles decorre está diretamente ligada ao vínculo com algum Estado-nação? E o que resta às milhares de pessoas e inúmeros povos aglutinados em um território em razão de algum tratado de paz, mas sem pertencimento àquela nacionalidade? O resultado dessa equação foram milhões de pessoas vagando pela Europa sem direito algum; sem identidade, passaporte ou dinheiro, alguns eram forçados a ir para fronteiras de países que não iriam naturalizá-los, depois eram reagrupados e muitas vezes repatriados e enviados aos campos de concentração.

A existência contraditória de direitos humanos que deixam de ser divinos, pois concebidos pelo próprio homem para protegê-lo de tiranias e da arbitrariedade da sociedade, mas que são incapazes de protegê-lo sem a mediação de um estado nacional, surge com um peso gigantesco em torno da importância do direito a ter direitos. Desde que a privação destes direitos não elide a concessão dos mesmos, aqueles homens poderiam até possuir direitos, mas não lhes era garantida a eficácia desses direitos, sua atuação no mundo não tinha força alguma, importância alguma.

Hannah Arendt utiliza Aristóteles para caracterizar a relevância da fala para o convívio político, mas de uma fala eficaz, que faça alguma diferença para a vida em comunidade. Tal característica constitui o homem enquanto animal político, sem isso ele perde todas as características de convívio em comunidade, perdendo as características gerais e essenciais da própria condição humana:

Haverá talvez verdades que fiquem além da linguagem e que podem ser de grande relevância para o homem no singular, isto é, para o homem que, seja o que for, não é um ser político. Mas os homens no plural, isto é, os homens que vivem e se movem e agem nesse mundo, só podem experimentar o significado das coisas por poderem falar e serem inteligíveis entre si e consigo mesmos.¹³

Por isso o imperialismo funciona como elemento de composição do totalitarismo, seus alicerces fundados na raça e na burocracia serviram posteriormente ao totalitarismo, ainda que este tenha reconstituído esses elementos para seus próprios fins.

¹³ ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2007, p. 12.

3. O totalitarismo: ideologia e terror segundo Hannah Arendt

A designação do nome totalitarismo, embora seja precedente à Segunda Guerra Mundial, começa a ganhar força enquanto nomenclatura utilizada para denominar ditaduras monopartidárias apenas no período pós-guerra. Segundo Hannah Arendt tal expressão deve ser aplicada para as ditaduras monopartidárias que ocorreram na Rússia (sob o domínio do comunismo stalinista, especialmente após 1929) e na Alemanha nazista de Hitler a partir de 1933.

Gerado de contradições e ambivalências – como, por exemplo, a pretensão total e o poder limitado em um só território – o totalitarismo não poderia encontrar melhor remédio para as mesmas que o mundo fictício criado por ele mesmo para continuar alimentando sua própria existência, esse mundo funciona como farsa de uma realidade cotidiana que não pode se tornar estável, pois se isso ocorrer o próprio movimento poderia deixar de existir. Afinal, o totalitarismo se alimenta dessa ficção e da ausência de confronto com a realidade não-totalitária, dessa maneira Stálin criou a ficção na Rússia do “socialismo em um só país”, e na Alemanha nazista, Hitler instituiu uma espécie de “seleção racial que não pode parar” e que não sairia do âmbito de seu território.¹⁴

O totalitarismo tinha que equilibrar a sua ambivalência para continuar a existir e toda essa ficção montada pelos líderes era necessária para conseguir ludibriar não apenas as massas, mas também os governos não-totalitários, sendo assim, “Mentir ao mundo inteiro de modo sistemático e seguro só é possível sob um regime totalitário, no qual a qualidade fictícia da realidade de cada dia quase dispensa a propaganda.”¹⁵

Para a autora, o totalitarismo manifesta-se não apenas em função de elementos históricos de crise ou da falha de diversas formas de governo, autoritárias ou não, mas decorre muito mais da união de caracteres como: a intenção de domínio global em sua forma de movimento político, o alcance ideológico universal, o apoio das massas e o poder da polícia para garantir que todos esses elementos atuem de modo efetivo. Nesse sentido, esclarece Arendt:

O totalitarismo no poder usa a administração do Estado para o seu objetivo a longo prazo de conquista mundial e para dirigir as substâncias do movimento: instala a polícia

¹⁴ ARENDT, Hannah, op.cit. p. 440 e 44.

¹⁵ (Ibid., p. 463).

secreta na posição de executante e guardião da experiência doméstica de transformar constantemente a ficção em realidade: e, finalmente, erige campos de concentração como laboratórios especiais para o teste do domínio global.¹⁶

Outro mecanismo utilizado pelo poder total é ausência de respeito às normas instituídas, a nação era governada por meio de leis confidenciais que, no caso dos nazistas, por exemplo, sequer substituiu a Constituição de Weimar, deixando sempre margem a possibilidade da crença de que em função disso havia a intenção de logo retornar à normalidade – problema que só reforça a ficção do totalitarismo.

Houve no nazismo uma espécie de fusão entre o homem e a lei, o desprezo pela norma está no fato de que a lei é igual à ética que se encontra na consciência dos homens, logo, não necessita estar escrita. No chamado governo bolchevista há a promulgação da Constituição, recheada de belas palavras que tentavam ocultar o que estava por vir, o início do imenso expurgo – que acabou com a administração e com qualquer aspecto de normalidade em cerca de apenas dois anos de ação.

Outra característica desse Estado, de acordo com a autora, é que ele é amorfo, isso quer dizer que, ao invés de monolítico, como poderia se pensar visto que resultante de uma ditadura monopartidária, ele apresentava a existência simultânea do Estado e do Partido, locupletando-se de uma autoridade aparente e de outra real, da sustentação de sua ficção a partir de um Estado que cobre com fina camada de areia o real poder, o poder do Partido.

Mas não apenas isso, toda a sua composição é amorfa, pois submetida a qualquer tipo de organização capaz de manter a sua estrutura, que é ausente de estrutura. Embora paradoxal isso se torna visível através de uma multiplicação de órgãos, que não consistia apenas na divisão Estado/Partido e na duplicação de órgãos em virtude disso. Tanto no nazismo, quanto no stalinismo, embora tenham se dado de formas diferentes, a duplicação funcionou mais como uma divisão de autoridade: poder aparente/poder real.

Já a multiplicação de órgãos, por sua vez, era o fenômeno mais adequado para que se efetivasse o “desejo do líder”, assim, cabe apresentar, como exemplo dessa multiplicação com o objetivo de satisfazer as ordens do *Führer* que: “[...] a SA era a verdadeira autoridade e o partido era o poder ostensivo; depois o poder foi transferido da SA para SS e, finalmente, da SS para o Serviço de Segurança.” (Arendt, 2007, p. 450).

¹⁶ (Ibid., p. 442)

As ordens do líder são de fundamental importância na construção dessa estrutura, afinal, toda a peculiaridade dessa situação em que há uma multiplicidade de órgãos em ação no Estado Totalitário, existe em função da obediência ao líder, ao desejo dele, às ordens dele; o que toda essa composição garante é a perpetuação do regime, ao se distribuir os poderes em diversos órgãos, especialmente no que concerne o poder da polícia¹⁷, fica muito mais fácil controlar todo o imenso corpo de instituições que compõem um Estado.

Caso algum membro, ainda que do partido, não esteja mais interessando às ordens do líder, é rapidamente substituído por outro, rebaixado ou removido para alguma posição dentro do poder aparente, mas sem uma efetividade de exercício do poder (o que acontecia com mais frequência no nazismo), ou mesmo enviado aos campos ou eliminado – como se procedeu em grande parte no stalinismo, especialmente nos expurgos.

As dificuldades de manter tal estrutura eram imensas, primeiro, pois o custo operacional desse gigantesco número de aliados estratificado em todos os setores do governo era altíssimo, em segundo lugar porque administrativamente, era apenas prejudicial essa inconstância das pessoas em seus cargos, resultava em ineficiência de qualquer trabalho em equipe e na falta de acúmulo de experiência.

Desse raciocínio, Arendt depreende que não havia nenhum objetivo utilitarista ou econômico no totalitarismo, seu intuito era apenas o de perpetuar-se e concretizar o domínio total. Isso se torna claro quando se observa que na Rússia os expurgos empreendidos na década de 1930 quase liquidaram a composição do Exército Vermelho e acabaram com uma restauração econômica há muito tempo esperada, sem deixar de mencionar que inúmeros profissionais qualificados acabam sendo levados a campos de trabalho forçado (quando não eram explorados e escravizados até a morte).

Observamos esse intuito de propagação perpétua na Alemanha quando nos deparamos com a informação de que até 1942 havia o preparo bélico e a preocupação econômica apenas desenrolava-se da pilhagem dos despojos de guerra, que foram utilizados para continuar patrocinando o domínio total após esse período.

Esse aspecto anti-utilitarista do Estado Totalitário é bem evidenciado com as ações de Hitler, que usava técnicas publicitárias para enganar os alemães de que o nazismo pregava o bem

¹⁷ A multiplicação de órgãos da polícia se evidencia melhor na Rússia em sua polícia secreta, ali os projetos tinham departamentos da polícia que espionavam a todos, tanto os membros do partido quanto a população, havia até um “departamento especial” uma “NKVD dentro de uma NKVD”. (Ibid., p. 453).

“para o povo alemão”, quando na verdade sua preocupação era apenas com o movimento e suas dimensões mundiais, sua conquista do mundo era o que realmente importava, nem que fossem necessários séculos para purificá-lo.¹⁸

Desse modo, a “seleção racial que não pode parar” não acreditava que os alemães eram a raça superior e sim a SS, pretendia atingir todos que não se enquadrassem nas normas de pureza, além dos judeus, mesmo alemães que fossem criminosos, doentes em estado terminal, loucos e com o tempo, inacreditavelmente, até doentes do pulmão e do coração, bem como suas famílias, também estariam sujeitos ao extermínio.

Esses entremeios explicam a posição única em que se encontra o totalitarismo em relação a outros regimes autoritários de opressão política como a tirania ou a ditadura:

O motivo pelo qual os engenhosos expedientes do governo totalitário, com a sua inaudita e absoluta concentração do poder nas mãos de um só homem, nunca haviam sido experimentados antes é que nenhum tirano comum jamais foi suficientemente louco para desprezar todos os interesses limitados e locais – econômicos, nacionais, humanos, militares – em favor da realidade puramente fictícia de um futuro distante e indefinido. (Arendt, 2007, p. 462).

Em resumo e nas palavras da autora, tais nuances se compreendem da seguinte forma:

O problema com os regimes totalitários não é que eles joguem a política do poder de um modo especialmente cruel, mas que atrás de suas políticas esconde-se um conceito de poder inteiramente novo e sem precedentes, assim como atrás de sua *Realpolitik* jaz um conceito de realidade inteiramente novo e sem precedentes. Supremo desprezo pelas consequências imediatas e não a falta de escrúpulos; desarraigamento e desprezo pelos interesses nacionais e não o nacionalismo; desdém em relação aos motivos utilitários e não a promoção egoísta do seu próprio interesse; “idealismo”, ou seja, a fé inabalável num mundo ideológico fictício e não o desejo de poder – tudo isso introduziu na política internacional um fator novo e mais perturbador do que teria resultado da mera agressão.

O poder, como concebido pelo totalitarismo, reside exclusivamente na força produzida pela organização.¹⁹

Nesse sentido, Arendt propõe estágios ao totalitarismo: no primeiro, onde ainda há alguma oposição política, o domínio total se parece muito com os despotismos, a atuação da polícia secreta e as composições superiores do partido mantém ainda um comportamento semelhante ao de muitas ditaduras, entretanto, seus métodos de crueldade não podem ser

¹⁸ (Ibid., p. 461)

¹⁹ (Ibid., p. 467 e 468)

comparados na história ocidental, é nesse estágio que ocorre a caçada a antigos opositores e inimigos secretos, sem contar a reeducação para espionagem voluntária, caracterizada principalmente pelo medo que provoca, haja vista que qualquer um pode ser um espião do partido em potencial, desde um vizinho até algum parente.

Essa concretização dá início ao segundo estágio, que se caracteriza pela total liquidação dos chamados inimigos “objetivos”²⁰ do governo, bem como pela instalação do terror no país. Assim, o extermínio nos campos não representava uma vitória do regime totalitário, mas já era uma realização do domínio total.

Após certa pacificação no território a polícia²¹ perde a sua utilidade e começa a demonstrar seu elemento mais pernicioso, seu estado de ser supérfluo, passa a existir com o intuito de satisfazer os desejos do líder, aprisionar e eliminar o próximo inimigo que suas ordens estabelecerem que deva desaparecer. A eficiência desse trabalho encontra-se exatamente na característica já definida da multiplicação de órgãos, dessa forma, o inúmero contingente de policiais e agentes secretos e voluntários permite que muitas vezes mais de um grupo trabalhe para executar a mesma tarefa, quase sempre anulando qualquer possibilidade de boicote, da existência de adversários ou mesmo opositores políticos.

A partir daí encontra-se a eliminação de qualquer oposição aberta e secreta de qualquer modo que esteja organizada, tal se deu em 1935 na Alemanha e 1930 na União Soviética. No último estágio, surge uma total despreocupação com qualquer tipo de acusação ao inimigo, qualquer pessoa pode ser arbitrariamente escolhida para deportação, para os campos²².

O governo totalitário segue então com o inacreditável apoio das massas – seja em sua parcela ludibriada ou simpatizante, que quase não sabia realmente o que estava acontecendo, seja naquela parte pertencente a uma elite doutrinada pelos partidos – os governos totalitários contavam com o auxílio de uma eficaz polícia secreta, apoderando-se do Estado, desprezando os

²⁰ Na polícia totalitária havia uma distinção entre inimigos “objetivos” e inimigos “suspeitos”, com relação aos primeiros não há apenas uma suspeita de ação contra o regime, mas sim uma propensão, uma inclinação de causar perigo em função de uma “posição ideológica ameaçadora”, observada e apontada pelo governo totalitário até que todos saibam que sua posição é de inimigo e assim a pessoa possa se eliminada – para exemplificar, pode-se colocar que os judeus e posteriormente os poloneses eram inimigos objetivos para os nazistas e os descendentes das antigas classes governantes o eram para União Soviética. (Ibid., p. 474)

²¹ A polícia secreta é treinada ideologicamente e fisicamente como a elite do mundo total e deposita toda sua vida no que faz, quase nunca revelando qualquer informação sobre as suas funções específicas ou sobre o que ocorre nos campos, sua importância é crucial para o regime, ela é o sustentáculo do mesmo.

²² Aqui tanto faz se inocente ou culpado, judeus, poloneses, loucos, criminosos, portadores de doenças, inocentes, uma “seleção arbitrária” compõe um princípio essencial dos campos, o inimigo pode ser qualquer um, não precisa mais ser comunista ou judeu. (Ibid., p. 501)

interesses materiais da nação e adquirindo concessões internacionais, sujeitando todos ao seu sistema total, segundo a autora “o terror é a realização da lei do movimento”.²³

O totalitarismo impõe uma representação da lei da Natureza ou da História para tentar apressar o que seria um “movimento natural” destas, com a ficção de eliminar as diferenças entre lei e realidade, trazendo a sua justiça na terra, entretanto, tal justiça não é o bem comum dos homens ou da sociedade, sua concretização é a das referidas leis enquanto forças de um movimento que na verdade busca destruir cada característica de liberdade do homem, criando em toda a sociedade (sobrevivente) o “Um” que elimina a pluralidade que há entre os homens e se manifesta através da sua espontaneidade, concretizando o objetivo das forças da natureza e da história, de modo mais rápido e mais eficaz que elas mesmas, executando aqueles que não são merecedores de viver.²⁴

Nesse espaço, aduz-se:

O terror, portanto, como servo obediente do movimento natural ou histórico, tem de eliminar do processo não apenas a liberdade em todo sentido específico, mas a própria fonte de liberdade que está no nascimento do homem e na sua capacidade de começar de novo.²⁵

Tal característica consiste na maior atrocidade do totalitarismo, a de buscar transformar todos os homens em um só indivíduo, como se fosse possível aniquilar a pluralidade, uma das condições da vida humana, aquilo que inscreve o homem enquanto composição ao mesmo tempo plural e única no mundo. Esse ato é executado através do canto da morte dos campos de concentração.

O limbo e o inferno seriam algumas das maneiras mais corretas de designar o lugar em que se encontra a humanidade nesse acontecimento? Segundo a autora sim, pois não há parâmetros para ele, é difícil compreendê-lo até por quem o vivenciou, não há nem como classificar sua qualidade de crimes, tendo em vista que totalmente diversa do que se pode colocar em categorias como assassinato ou genocídio, é a destruição em massa das características que compõem a natureza humana, da individualidade de cada homem, do que faz de cada um uma composição única.

²³ (Ibid., p. 518)

²⁴ (Ibid., 518)

²⁵ (Ibid., p. 518)

Dessa forma, diante de total isolamento do mundo e de si, o horror desencadeia o esquecimento e as pessoas são tratadas “como se nunca houvessem existido”, de modo a “fazê-las desaparecer no sentido literal do termo”. Os sistemas totalitários, tanto nazista quanto bolchevista²⁶, não eram uniformes em seu modo de proceder, mas concretizavam igualmente esse isolamento-esquecimento-destruição da condição humana.²⁷

A desvairada fabricação em massa de cadáveres vivos, o incentivo e, o que é mais importante, o silencioso consentimento a tais condições sem precedentes resultam daqueles eventos que, num período de desintegração política, súbita e inesperadamente tornaram centenas de milhares de seres humanos apátridas, desterrados, proscritos e indesejados, enquanto o desemprego tornava milhões de outros economicamente supérfluos e socialmente onerosos. Por sua vez, isso só pôde acontecer porque os Direitos do Homem, apenas formulados, mas nunca filosoficamente estabelecidos, apenas proclamados, mas nunca politicamente garantidos, perderam, em sua forma tradicional, toda a validade.²⁸

Nesse sentido, o totalitarismo mata o homem de três formas distintas: em sua pessoa jurídica, em sua pessoa moral e, por último, em sua pessoa individual, excluindo o indivíduo de qualquer proteção da lei, lançando-o à dor e ao esquecimento e, por fim, aniquilando não apenas seu corpo, mas a singularidade de cada um, eliminando qualquer face de espontaneidade, destituindo todos da sua condição humana, tornando-os supérfluos para si mesmos e para o mundo, como se nunca houvessem existido.

Uma amostra da força dessa ideologia, que Arendt vai chamar de supersentido ideológico, algo que está acima da insensatez totalitária e se desenrola por meio de uma lógica do supersentido ideológico, nada importa a não ser a coerência lógica do sistema, ainda que seja um sistema de destruição.

As ideologias somente são opiniões inócuas, arbitrárias e destituídas de crítica enquanto não se as leva a sério. Uma vez que se lhes toma literalmente a pretensão de validade total, tornam-se núcleos de sistemas de lógica nos quais, como nos sistemas dos

²⁶ No caso dos nazistas os inimigos eram divididos entre os que eram imediatamente exterminados (judeus) e aqueles que o eram em um futuro próximo (poloneses, russos, ucranianos) e aqueles para os quais ainda não haviam soluções determinadas (como franceses ou belgas). Na Rússia, encontram-se sistemas que funcionam da seguinte forma: grupos condenados ao trabalho forçado; campos de concentração onde há uma exploração desumana e um grande índice de mortalidade, mas que ainda são voltados especialmente para trabalho; e, por fim, há os campos de aniquilação total, pela fome ou abandono. Mas para Arendt, embora pese o descaso e as mortes absurdas cometidas pelos homens da NKVD, os relatos apontam que não podem ser comparados ao sadismo dos nazistas, sem par na história da humanidade.

²⁷ (Ibid., p. 493)

²⁸ (Ibid., p. 498)

paranóicos, tudo se segue compreensiva e até mesmo compulsoriamente, uma vez que se aceita a primeira premissa, mas na própria lógica em que se baseiam. A curiosa lógica de todos os ismos, sua simplória confiança no valor salvador da devoção obstinada que não atende a fatores específicos e variados, já contém os primeiros germes do desprezo à realidade e aos fatos próprios do totalitarismo.²⁹

Aqui se encontra a chave de todo o perigo do sistema totalitário, pois as ações não são levadas ao cabo em função do desejo pelo poder, pela expansão ou pelo lucro, simplesmente o são em função da manutenção da coerência lógica de um sistema que pode ser o que quiser inclusive o senhor da morte e da destruição.

Para chegar aonde chegou, o totalitarismo necessitou desse conjunto de características essenciais, através da expansão imperialista burguesa, do racismo, da burocracia, da ideologia e do terror, e por meio de partidos com forte fundamento ideológico, o totalitarismo conseguiu se sobrepor ao Estado, conquistando a lealdade insensata de diversos grupos a partir de seus princípios e submetendo outros através da força do terror total, impediu qualquer tipo de oposição ou crítica, seja a mais ingênua possível, alimentando-se e sustentando-se no apoio das massas, esse poder formou a combinação da destruição da condição humana.

4. Conclusão

Ao longo desse trabalho procuramos apreender alguns mecanismos que compõem o funcionamento de uma engrenagem que provocou uma ruptura com os valores da tradição ocidental, no que concerne ao valor depositado na pessoa humana e em relação ao aperfeiçoamento da sociedade como um todo. Pensar nos elementos aqui descritos provoca sentimentos difíceis e confusos, não por desconhecimento do acontecimento totalitário, mas por reconhecer reverberações dele na atualidade de nossa existência.

Componentes como o imperialismo, o racismo, a burocracia, o controle e manipulação das massas por meio da disseminação da ideologia totalitária e do uso de técnicas de violência e estruturas de vigilância na sociedade, nos remetem a uma realidade muito próxima.

Após esses acontecimentos estreitamos laços com outros países, argumentamos sobre princípios, sobre direitos humanos, especialmente sobre a dignidade da pessoa humana, criamos organizações para protegê-los, fabricamos leis avançadíssimas e válidas globalmente, mas ainda

²⁹ (Ibid., p. 509)

restam dúvidas sobre a dominação que não apenas Estados, mas também e principalmente, grandes corporações detentoras de tecnologia e capitais, exercem sobre diversos países ainda em desenvolvimento.

Arendt pontua um novo começo, contudo, diante da validade da experiência do novo, permanecem dúvidas a respeito do novo que poderemos experimentar. Ao observar o nosso tempo, as nossas estruturas, ao olhar para a terrível prisão de Guantânamo, para o imperialismo norte-americano, que leva ao cabo sem justificativa plausível uma invasão como a do Iraque, ao observarmos as mortes recentes de líderes como Osama Bin Laden e Muammar Kadhafi, bem como, a situação dos imigrantes, o comportamento de Israel, a inércia da ONU e as inúmeras agressões aos direitos humanos por parte de governos em diversos países, nos perguntamos: “Estamos realmente tão apartados dos fatos que formaram o totalitarismo?”.

Alertamos para relevância desse pensamento na atualidade, desde que o homem, em uma sociedade de massa e global, encontra-se hoje mais imerso em solidão do que nunca e desde que o totalitarismo foi também um investimento perverso e oportunista nessa experiência:

O que torna a solidão tão insuportável é a perda do próprio eu, que pode realizar-se quando está a sós, mas cuja identidade só é confirmada pela companhia confiante e fidedigna dos meus iguais. Nessa situação, o homem perde a confiança em si mesmo como parceiro dos próprios pensamentos, e perde aquela confiança elementar no mundo que é necessária para que se possam ter quaisquer experiências. O eu e o mundo, a capacidade de pensar e de sentir, perdem-se ao mesmo tempo.³⁰

A solidão na qual o homem perde o lugar no mundo das coisas é como uma espécie de trama que vai enredando os homens para o domínio totalitário, mesmo aqueles do mundo não totalitário. Ela compõe uma manta perversa que irá embaraçar os homens ao mesmo tempo em que elimina a possibilidade de que eles sejam relacionando-se uns com os outros, eliminando até o caráter produtivo do isolamento.

Mas será possível desvencilhar-se dessa trama? Será que o pensamento, não o pensamento da lógica exata e evidente em si mesma, e sim o pensamento enquanto atividade plural de desdobramento do homem com os outros, com o mundo e consigo mesmo, permitiria que ele não estivesse só, mas na companhia de si enquanto ser no mundo, que leva os outros em consideração e que pode contar com eles?

³⁰ (Ibid., p. 529)

Talvez esse seja um caminho depois da banalidade do mal, uma abertura de possibilidades para o nascimento, para a dimensão da natalidade, do surgimento de novas formas de vida, pois “Cada novo nascimento garante esse começo; ele é, na verdade, cada um de nós.”³¹

Referências:

ARENDT, Hannah, **Origens do Totalitarismo**, São Paulo: Companhia das Letras, 1989;

ARENDT, Hannah, **A condição humana**, Rio de Janeiro: Forense universitária, 2007.

³¹ (Ibid., p. 531)